

# A ECONOMIA POLÍTICA<sup>1</sup> DA REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO

Em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo

*Dinizar Fermiano Becker<sup>2</sup>*

## Resumo

Esse artigo tem por pressuposto que o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move em meio a contradições superadas constantemente, porém postas e repostas continuamente pelo próprio capital através da negação das suas próprias determinações. Para tanto, nega, em primeiro lugar, a determinação humana do desenvolvimento transformando o trabalho humano na mercadoria recursos humanos; a determinação natural do desenvolvimento, transformando a natureza na mercadoria recursos naturais; a determinação material vinculada às necessidades humanas da organização produtiva real, transformando-a na mercadoria recursos monetários. E nega, em segundo lugar, a sua própria negação, ao transformar as mercadorias em geral, em capital. E, assim, temos a "negação da negação". E é, pela "negação da negação", portanto, enquanto movimentos contraditórios, que a lógica dialética transforma-se em parte constitutiva das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

Palavras chave: Economia política, lógica dialética, dinâmica, desenvolvimento regional.

---

<sup>1</sup> Uma economia política no novo sentido que lhe dá Schwartz (2000, 14) de que "a economia só faz sentido como uma prática de seguir regras cuja eficácia depende do contexto".

<sup>2</sup> Economista, Doutor pelo IE/UNICAMP e Pós-Doutor em Economia Política pela EEG – UMINHO, BRAGA, PORTUGAL. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Direito e em Desenvolvimento Regional da UNISC. Professor da UNIVATES - Centro Universitário. Livros Organizados e Publicados: *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade*, Edunisc, 2001; *Determinantes e desafios contemporâneos do desenvolvimento local-regional*, Edunisc, 2000; *REDENEP – A pesquisa, o planejamento e a gestão em REDE do desenvolvimento local-regional*, Edunivates, 2000. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES-RS.

## 1 Introdução

Como o caminho teórico-metodológico se faz ao andar da vida vivida e só sobre esta “experiência vivida” é que se pode construir “um *corpus* de pensamento” crítico dos níveis diversos de realidade, ou seja, a partir da nossa experiência no ensino, pesquisa, planejamento e gestão do desenvolvimento regional e dos problemas/dificuldades aí observados é que se faz o andar do caminho expositivo deste trabalho, procurando desenhar os elementos essenciais de um referencial crítico e alternativo, ou melhor, de uma “nova” economia política para analisar e explicar as diferentes dinâmicas de desenvolvimento local-regional.

Para começar, enfrentamos os limites e os desafios da própria ciência moderna para dar conta da crescente complexidade do processo de desenvolvimento e da realidade contemporânea.

A intensificação do processo de modernização instalou pessimismo e um sentimento de passividade e desesperança em muitos de nós, como se fosse um desencantamento radical com a modernidade<sup>3</sup>.

Os desencantos se multiplicam por todos os campos e esferas. São típicos de um período de crise transicional e por isso, de toda ordem e natureza. Existe, por exemplo, desencanto<sup>4</sup> com a ciência moderna em geral e, em especial, com a ciência econômica.

Santos (1988) vai direto ao ponto: “estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica” (47). Perdemos a fé na eternidade, no determinismo, no mecanicismo, na reversibilidade, na ordem e, até, na necessidade do paradigma dominante (p. 56). Perdemos, inclusive, a crença no rigor científico, “porque, fundada no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica; um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (p. 58). Caricaturiza-os em relação ao conjunto dos interesses econômicos, sociais e políticos, porque os caracteriza de acordo com o interesse de um determinado grupo social, o grupo dirigente/dominante.

<sup>3</sup> Isso ocorre porque, “a modernidade, (...), não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (Harvey, 1993, 22).

<sup>4</sup> Embora o desencanto com a ciência moderna não seja de hoje, é fato que a obstinação pela formalização crescente da ciência econômica nos últimos 30 anos tem ampliado os desencantos e os desencantados com a produção de um conhecimento, ou melhor, de uma ciência formal. Sendo, assim, uma ciência ou um conhecimento descompromissado com a realidade do desenvolvimento regional. O que por si só, e em certa medida, denuncia seu caráter marcadamente ideológico e classista e confirmando que ciência moderna e a ciência econômica regional nunca foram neutras.

Nesse contexto, a ciência econômica

(...) é uma ciência cuja matematização e formulação são cada vez mais rigorosas e sofisticadas; mas essas qualidades contêm o defeito de uma abstração que se separa do contexto (social, cultural, político); ela conquista sua precisão formal esquecendo a complexidade de sua situação real, ou seja, esquecendo que a economia depende daquilo que depende dela. Assim, o saber economista que se encerra no econômico torna-se incapaz de prever suas perturbações e seu devir, e torna-se cego ao próprio econômico (Morin e Kern, 1995, p. 70).

Assim, a ciência econômica regional ganha em uma formalização “cada vez mais rigorosa e sofisticada” e perde em pertinência, ou melhor, perde sua capacidade analítico-explicativa da realidade.

Para serem “mais” rigorosas logicamente e “mais” sofisticadas formalmente,

As escolas de pensamento econômico promovem o apagamento progressivo da Política e do debate sobre as condições de legitimidade(...) sem as quais nem o mais elementar dos atos econômicos tem sentido, consolidando-se na prática uma Filosofia Econômica (senão economicista), dogmática que décadas depois finalmente se converteria em Economia (*Economics*). (Schwartz, 2000, 71).

Por isso, hoje,

o saber econômico surge-nos como um *saber de natureza técnica*, destinado a esclarecer as decisões no interior de um certo quadro político, cultural e organizacional. Não é no interior deste quadro que se podem pensar as relações das atividades econômicas com o meio ambiente físico nem com a reprodução e desenvolvimento dos sistemas sociais (Perret e Roustang, 1996, 257).

E muito menos, conseguir analisar e explicar diferentes dinâmicas dos processos de desenvolvimento regional. Evidenciando, clara e objetivamente, que “as teorias econômicas do desenvolvimento chegaram ao limite do empobrecimento, imprecisão e inconclusividade” (Fiori, 1999, 40)

O que faz Morin (1987) ser definitivo e ir muito mais longe no seu desencanto e crítica: “sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece” (p. 19). “É, enfim, um conhecimento mutilado/mutilante, atomizado, parcelado e redutor” (Morin,

1989, p. 13). Por isso, não conseguem apreender a complexidade dinâmica real das articulações e das interações contidas nos múltiplos processos de desenvolvimento regional. Este círculo virtuoso, próprio e específico de cada processo de desenvolvimento singular e, portanto, dos múltiplos processos de desenvolvimento regional, de serem únicos e exclusivos ao mesmo tempo que são gerais e globais, desaparece na formalização/abstração da ciência econômica regional.

Para estes, a ciência moderna constitui-se num círculo vicioso do objeto-sujeito-objeto, que se expressa na linearidade, determinismo, mecanicismo e disciplinaridade do conhecimento produzido. Enquanto tal, é redutor e a-histórico, não conseguindo dar conta da complexidade e da dinâmica do real.

Isto é bem mais verdade para o saber econômico em geral e, em particular, para o saber econômico regional que, ao reduzir a espécie humana a recursos humanos e as demais espécies a recursos naturais (Polanyi, 2000), esquece que deveria ser duplamente dependente de um conhecimento científico da biosfera (físico e biológico) “e das ciências sociais que poderíamos qualificar de ‘fundamentais’ (história, antropologia, sociologia, psicologia)” (Perret e Roustang, 1996, 257). Dessa forma, negam a condição de sujeito à espécie humana e às demais espécies, transformando a vida em coisa, ou melhor, em mercadoria<sup>5</sup>.

#### Um caminho teórico-metodológico alternativo

Exatamente, por essas reduções/limitações, nossa proposta teórico-metodológica foge das formas clássicas e disciplinares de produção e reprodução do conhecimento. A partir da economia política<sup>6</sup> do desenvolvimento<sup>7</sup>, procurar-se-á transitar um caminho analítico alternativo ao círculo vicioso da crescente formalização da ciência econômica regional hegemônica, na esperança de conseguir lançar um novo olhar sobre as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional. Para tanto, trilharemos o caminho recomendado e seguido por Polanyi, (2000), “invadiremos o campo específico de diversas disciplinas<sup>8</sup> perseguindo este simples objetivo” (, 24), dessa forma, segundo muitos, transformando

<sup>5</sup> Conforme constatou Polanyi (2000) e estamos analisando em outro trabalho intitulado DINHEIRO, VIDA E PODER.

<sup>6</sup> Em termos de organização teórica da economia política da dinâmica capitalista contemporânea, seguimos a abordagem indicada por Braga, 1996 e 2000 e Schwartz, 2000.

<sup>7</sup> Para uma revisão crítica da economia política do desenvolvimento, consultar: Oliveira, 1985, Introdução; Fiori, 1999, p. 11-48 e Oliveira, 1985.

<sup>8</sup> Economia – regional, urbana, desenvolvimento, ambiental; história; geografia – política, humana, econômica, física; biologia; sociologia – desenvolvimento, jurídica; ciência política – políticas públicas, políticas de desenvolvimento, políticas sociais, políticas regionais, políticas setoriais, democracia; planejamento – regional, territorial, urbano, estratégico, participativo; filosofia – política; gestão – pública, territorial; direito; epistemologia; metodologia.

o sagrado em profano. Entretanto não seria tão profano assim caso pretendêssemos

com isso dizer que o desenvolvimento (...) não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que suas causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (Schumpeter, 1985, 47).

Na mesma direção Hirschmann (1986) afirma já não ser mais possível fazer-se a análise de uma determinada dinâmica de desenvolvimento regional munido de um único instrumental teórico-metodológico disciplinar, por isso, seguimos o que Brecht denominava de ‘o grande método’: ‘o pensamento interveniente’, método que aparece concretamente na obra gramsciana: “Gramsci pratica uma espécie de dialetização dos diferentes campos do saber, que faz explodir definitivamente as distinções em atividades fechadas, em instâncias chamadas aqui e ali [de] econômica, [de] política, (...)” (Buci-Glucksmann, 1980, 23) e de social.

Isso se torna necessário, porque a complexidade decorrente da multiplicidade de determinantes e desafios contemporâneos do desenvolvimento regional esbarra frontalmente com a crescente especialização da análise disciplinar. Além disso, e para complicar ainda mais, “a complexidade nutre-se da explosão da pesquisa disciplinar e, por sua vez, a complexidade determina a aceleração da multiplicação das disciplinas” (Nicolescu, 1990, 36), constituindo-se num círculo vicioso de difícil superação. Esta situação impõe limites teórico-metodológicos ao pesquisador que queira inovar, pois se vê obrigado a transgredir a lógica das sagradas divisões tradicionais, das ideologias dos saberes fechados ou da divisão do trabalho intelectual, especialmente, quando se quer analisar as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

Trabalhar com recortes alternativos, como, por exemplo, o recorte espacial-temporal, mais amplos e nem por isso menos precisos<sup>9</sup>, sem dúvida, é uma necessidade dos nossos dias e uma possibilidade, somente realizável, através da “transdisciplinarização”<sup>10</sup>,

<sup>9</sup> Aliás, como fez Keynes ao estudar o papel das convenções e das expectativas nas decisões capitalistas e, assim, rompendo com o rigor formal-cientificista da economia política clássica. “A economia capitalista é para Keynes sobretudo uma dinâmica organizacional que se desdobra nas contradições entre incerteza financeira e convenções monetárias, ou seja, nos acertos e desacertos entre a temporalidade e as instituições que administram o tempo convencional. Há um confronto entre a decisão individual e a tentativa de construção de modelos de organização e de comportamentos sujeitos a lógica da essência ou padrões morais e culturais” (Schwartz, 2000, 16).

<sup>10</sup> O que consiste na possibilidade de transposição, no deslocamento de um instrumental lógico-metodológico de uma disciplina para o instrumental lógico-metodológico de outra disciplina. Neste sentido, a transdisciplinaridade nada mais é do que uma passagem, um trânsito de um construto teórico-metodológico para outro (Etges, 1995, 64 e 68).

isto é, transgredindo e transversalizando os campos disciplinares, como muito bem indicam Morin (1987 e 1989), Boaventura Santos (1988, 1989) e Nicolescu (1999). Estes recortes abrem possibilidades para transversalizar<sup>11</sup> as múltiplas construções teórico-metodológicas disciplinares, oferecendo uma abordagem crítico-alternativa<sup>12</sup> de análise das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional, trabalhando-os como um espaço tabular, com uma infinidade de entradas, como se fosse uma estrutura de rede<sup>13</sup>.

#### Os riscos de uma construção teórica alternativa

Mesmo sabendo dos possíveis e prováveis questionamentos, vamos seguir o conselho de Keynes “não há razões para que não nos sintamos livres para ser audazes, abertos, experimentadores, ativos para tentar as [novas] possibilidades (...) [de análise]” (apud Schwartz, 2000, 63) das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

Vamos arriscar-nos<sup>14</sup> na construção de uma proposta analítica aberta para esta necessidade contemporânea de beber nas fontes de muitas disciplinas, sem negar seus fundamentos, tendo em vista que são notórias as muitas limitações analítico-explicativas decorrentes da contradição imanente ao próprio processo de produção e reprodução do conhecimento. Por um lado, quanto mais complexos se tornam os determinantes e os desafios das dinâmicas de desenvolvimento regional, mais a ciência econômica regional se especializa; por outro lado, quanto mais aprofundada e específica for a análise disciplinar do processo de desenvolvimento regional, menor é seu poder explicativo da realidade concreta e efetiva do desenvolvimento regional.

<sup>11</sup> Possibilitando “uma viagem vertical: através de diferentes níveis da realidade” disciplinares, conforme prega Nicolescu (1999, 69), provocando a transgressão dos campos disciplinares.

<sup>12</sup> Uma abordagem alternativa no sentido de ser alternativa tanto à ortodoxia quanto à heterodoxia da ciência econômica regional. Parte-se da perspectiva de que é possível desenvolver um campo analítico alternativo, ampliando o campo das análises economicistas anteriores em direção a uma concepção mais contextualizada da economia. Sem essa contextualização política e social da economia não se pode efetivamente produzir uma compreensão em profundidade das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regionais.

<sup>13</sup> Conforme propõe Buci-Glucksmann (1980, 24) na sua interpretação de que “a coerência profunda de Gramsci não provém de um pensamento dedutivo e principal, procedendo por ‘cadeias de razões’ (no sentido cartesiano do termo) ou por uma ordem temática (no sentido ‘literário abusivo do termo’)”.

<sup>14</sup> Não serei o primeiro e nem muito menos o único a fazer esta tentativa. O próprio Keynes (1985), no prefácio da Teoria Geral, confessa que os pressupostos, a atmosfera, os métodos da economia política “têm continuado surpreendentemente iguais, e tem sido observável uma notável continuidade através de todas as mudanças. Nessa ortodoxia, nessa transição contínua foi que me formei. Eu aprendi, eu a ensinei, eu a escrevi. Para os que observam de fora, provavelmente ainda pertencem a ela. Os historiadores posteriores da doutrina irão considerar este livro como pertencente essencialmente à mesma tradição. Mas ao escrevê-lo, e em outra obra recente que levou a ele, senti-me rompendo com essa ortodoxia, numa forte reação contra ela, fugindo de alguma coisa, conquistando uma emancipação.” (9)



Por isso, optamos por uma análise múltipla e aberta ao diálogo entre os sujeitos e os objetos do desenvolvimento regional, “desenclausurando” as atividades de ensino, pesquisa, planejamento e gestão do desenvolvimento. Parafraseando Buci-Glucksmann, (1980, 39), considera-se nessa dupla estruturação em redes, economia política das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional, como ciência econômica, e a política econômica de desenvolvimento, como ação, como prática militante dos protagonistas diretos do desenvolvimento regional. A economia política não poderá funcionar como uma instância separada da sociedade e da política econômica, afastando o movimento da pesquisa científica da luta dos agentes onde ela intervém.

Com o que,

A Ciência Econômica converte-se em Problemática da Política Econômica, ou ainda, a Política Econômica revela-se como o campo adequado à problematização econômica, vocação que sempre esteve presente mas que se realiza de tal modo no século XX que já não é possível escamotear a dimensão ‘normativa’ em nome de regularidades empíricas ou de dialéticas materialistas (Schwartz, 2000, 178)

Parafraseando Schwartz (2000, 17), é necessária uma reconstrução da lógica do processo de desenvolvimento econômico como sujeita ao jogo da política de desenvolvimento, um campo de regras cuja fórmula é histórica e social.

Essa não-separação entre teoria e prática evita a produção de uma ciência sem consciência, o que é a normalidade em nossos dias, ou a geração de uma consciência sem ciência. Qualquer uma das fórmulas transforma-se na ruína da espécie humana, conforme afirma Nicolescu (1999, 75) ou no aniquilamento da dimensão natural da vida, como afirma Morin (1987, 1989) e Polanyi, (2000). “E, ao negar a vida, o logicismo economicista [ou o desenvolvimentismo economicista] descarta igualmente, se não mutila, a política [a sociedade] e a cultura, que se tornam derivações formais da própria economia” (Schwartz, 2000, 17).

#### A teoria da (A) prática da teoria

Entretanto, devemos ter clareza de que, por mais que possa uma determinada proposição estar distanciada da realidade, ela sempre atenderá algum tipo de objetivo concreto: sejam objetivos pessoais do pesquisador; sejam objetivos institucionais dos institutos de pesquisas, públicos e privados, ou das universidades; sejam eles objetivos econômico-corporativos dos grandes conglomerados econômico-financeiros transnacionalizados; sejam eles objetivos socioambientais de uma determinada região ou, por fim, objetivos político-ideológicos de um determinado grupo. Isso é bem mais verdade em nossos dias, quando a própria produção e reprodução do conhecimento segue, mais do que nunca, uma lógica econômica.

Aliás, intensificando, neste fim de século (e início de milênio), o que Schumpeter (1985) já havia confirmado no seu início: os pontos de vista econômicos subordinam a produção do conhecimento tecnológico, em suas palavras, “a lógica econômica prevalece sobre a tecnológica” (p. 16). Por isso, segundo Harvey (1993, 151), não há grandes dúvidas quanto a quem são os senhores das ciências e a quem os cientistas estão a serviço. De um lado, “as Universidades e instituições de pesquisa competem ferozmente por pessoal” altamente qualificado; de outro lado, as empresas competem encarniçadamente pelo “conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica”.

Dessa luta ferrenha por e pelas inovações é que afloram vantagens competitivas de quem produz (Universidades e Institutos) e de quem consome conhecimento tecnológico (empresas e instituições), conformando as possibilidades de sobrevivência. Em nossos dias, e nesse espaço mercadológico do conhecimento tecnológico, “o próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais ...”.

Portanto, muito antes e para além dos “necessários” testes verificatórios/comprobatórios da validade científica dos conhecimentos teóricos, há a comprovada necessidade dos interesses diretos e concretos dos agentes do desenvolvimento regional de produzirem respostas e soluções para seus problemas na vida real do fazer, da ação política pró-desenvolvimento e produção de suas necessidades.

Para tanto devemos apreender, tanto com Gramsci quanto com Polanyi e Keynes, que jamais se propuseram “problemas abstratos separados e isolados da vida dos homens”<sup>15</sup>. Principalmente com Gramsci, que viveu e conviveu, simultânea e intensamente, o cientista político construtor de uma poderosa teoria crítica da crise (“um *corpus* de pensamento”) como militante político-partidário protagonista da luta operária italiana (“uma experiência vivida”).

Nesse sentido, o próprio Keynes, que viveu e conviveu como especulador que era num período de grandes mudanças econômicas, e soube, como ninguém, transformar a economia política clássica na prática da política econômica viabilizadora da especulação.

Assim, ao partirem de fundamentos ideológicos e com objetivos políticos antagônicos, tanto Gramsci quanto Keynes confirmaram que “a prática busca a teoria na medida em que se indaga pela ‘legalidade’ de seus pressupostos, pleiteando legitimidade, racionalidade e reconhecimento para as regras comportamentais que ao mesmo tempo supõe e sugere” (Schwartz, 2000, 19).

Não há outro jeito de produzir e reproduzir o conhecimento econômico regional,

<sup>15</sup> Schumpeter é incisivo ao afirmar “que devemos investigar historicamente os processos (...) reais” e que ao fazermos revolucionamos as estruturas existentes (apud Braga, 2000, 104). Keynes é decisivo e definitivo ao se debruçar “sobre uma tradição racionalista cujo objeto passou a ter sentido apenas na medida em que se descobrisse, nesse mesmo objeto, uma oportunidade reflexionante inspirada ou voltada para a vida prática, em oposição a séculos de vocações metafísicas e especulativas” (Schwartz, 2000, 92/3).

mesmo que muitos esqueçam isto ou até neguem este pressuposto. “A economia política [enquanto ciência] e o que está vivo estão intimamente ligados. A pesquisa criativa de uma economia política [do desenvolvimento] (...) [deveria estar] baseada no postulado de que está a serviço do ser humano e não o contrário” (Nicolescu, 1999, 143). “Nesse sentido, a economia e seu estudo devem abrir mão da busca de um ‘fundamento’ (como trabalho, a tecnologia, o Estado ou o mercado) e devem abrir-se ao debate prático sobre a fragilidade de todo o fundamento possível” (Schwartz, 2000, 15).

## 2 EM BUSCA DE NOVOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Podemos iniciar essa busca, pelos fundamentos históricos verificados por Polanyi (2000) ao estudar a grande transformação ocorrida no século XIX. Sua tese era de que o mercado auto-regulável não passa de uma recatada utopia. “Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo, sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; [deixada ao seu próprio funcionamento ou deixada à sua própria lógica], ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto” (Polanyi, 2000, 23).

Para evitar a “autodestruição da civilização” (Polanyi, 2000, p. 23), necessariamente “a sociedade teria que tomar medidas para se proteger”<sup>16</sup>. A autoproteção da sociedade recolocaria a possibilidade do controle social “da devastação (...) de um sistema incontrolado, a economia de mercado”, dessa forma, a sociedade estaria reafirmando, pelas suas próprias condições e pelas suas próprias necessidades, os valores essenciais da vida humana<sup>17</sup>.

De um lado, Polanyi demonstra como a lógica econômica deixada ao livre arbítrio do mercado capitalista auto-regulável provocaria a devastação da vida humana. De outro lado, defende a necessidade da autoproteção social, a legítima defesa da sociedade, através do controle social dos mercados e/ou da proteção da sociedade.

Mesmo que os termos analíticos propostos por Polanyi tivessem como objeto de estudo as grandes transformações econômicas e sociais do século XIX, sua proposta teórico-metodológica possui um rasgo de contemporaneidade. Nada parece mais atual do que observar, na dinâmica do desenvolvimento atual, duas ordens de determinação: uma, definida pelo primado do econômico, devastando nações e regiões; a outra, perseguida pelas sociedades regionais e nacionais, reagindo à devastação e buscando proteger-se, defendendo suas sociedades da destruição.

<sup>16</sup> Os múltiplos nacionalismos decorrentes da 1.ª grande crise do sistema capitalista no último quartel do século XIX são exemplos desse processo, pois acabaram se transformando em protecionismos, fato que, segundo alguns, levou à 1.ª e à 2.ª guerra mundial.

<sup>17</sup> Esta referência encontra-se na apresentação do livro de Polanyi.

Embora Polanyi (2000) tenha andado no sentido de constatar o contraditório,

durante um século [e também em nossos dias], a dinâmica da sociedade moderna foi [e é] governada por um duplo movimento: o mercado se expandia [e se expande] continuamente, mas esse movimento era [e é] enfrentado por um contramovimento que cerceava [tenta cercear] essa expansão em direções definidas. [Mesmo que] (...) tal contramovimento vital fosse [e é] para a proteção da sociedade, ele era [e é], em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado” (p. 137)

É com Gramsci que a esfera da política entra como espaço de mediação<sup>18</sup> e, em consequência, como esfera-espço de superação dessa contradição básica entre a esfera econômica (o mercado auto-regulável) e a esfera social (a autoproteção da sociedade).

Ao trabalhar o conceito de bloco histórico<sup>19</sup> como uma totalidade dialética em cuja estrutura baseia as forças materiais de produção (a economia) e as forças sociais de produção (a sociedade) e na sua superestrutura abarca a sociedade civil<sup>20</sup> e a sociedade política, Gramsci engloba, num só conjunto dialético, num único contexto, as três principais esferas do desenvolvimento contemporâneo: a econômica, a social e a política<sup>21</sup>. Dessa forma, assegura a unidade dialética e, ao mesmo tempo, abre a

<sup>18</sup> Autores contemporâneos como Buarque, 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994; Santos, 1988, 1989 e 1996, 1998; Beck, 1997; Thurow, 1997; Kumar, 1997; Touraine, 1994, 1996 e 1998; Genro, 1997 a e b, 1999; Boisier, 1996; Demo, 1996; Fischer, 1996; Chilcote, 1998 entre outros muitos autores, cada um de sua forma, tratam a esfera da política como a esfera da mediação e da superação das contradições do desenvolvimento moderno. Harvey (1993, 260) é definitivo: “A mediação da política passou a permear tudo”.

<sup>19</sup> Para aprofundar a discussão do bloco histórico consultar: Portelli, 1983.

<sup>20</sup> Sobre o conceito de sociedade civil e política consultar: Portelli, 1983; Bobbio, 1982; Innocentini, 1979; Gruppi, 1978; e, finalmente, não esquecendo do próprio Gramsci, 1975.

<sup>21</sup> A concepção de bloco histórico, por exemplo, anda na direção do que propõe Oliveira, a partir de Gramsci para a análise econômica do desenvolvimento capitalista, só que nos termos gramscianos o conceito é bem mais abrangente. Nos termos de Oliveira (1985, 48), “para que seja enfrentada a questão da gênese do capitalismo em diferentes nações [ou em diferentes regiões], é necessária a elaboração do que seriam as ‘circunstâncias históricas’. Vale dizer, impõe-se a construção de categorias particulares, categorias e conceitos que permitam apreender fenômenos recorrentes nos processos históricos. Assim, seria possível distinguir certos padrões nos movimentos da constituição, [expansão e consolidação] do capitalismo em diferentes nações [regiões]. Esta construção constituiria uma elaboração teórica, pois não somente estariam presentes determinações gerais (mediadas historicamente, é claro), como também porque estes padrões seriam fixados com certo nível de abstração, já que dariam conta de movimentos gerais comuns a determinadas nações [regiões], sem entretanto deixar de apreender a dinâmica dos casos particulares. Em outras palavras, o que estamos propondo é a formulação de mediações históricas, ou seja, uma abordagem que se afasta tanto dos modelos como de uma teoria geral sobre a gênese [expansão e consolidação do desenvolvimento] do capitalismo”.

possibilidade concreta de se trabalhar com o intelectual gramsciano<sup>22</sup>, como o principal mediador das múltiplas relações do bloco histórico.

E mais, ao vincular a estrutura e a superestrutura<sup>23</sup> através das funções dos intelectuais lotados, principalmente, nos “organismos ditos privados” formadores da sociedade civil, Gramsci concebe o bloco histórico como uma totalidade concreta que, além de dialética e dinâmica, é orgânica<sup>24</sup>. Uma organicidade viabilizada e realizada pelos “operários da superestrutura”, os intelectuais, que, ao mesmo tempo que conectam a estrutura à superestrutura e vice-versa, mediam as relações estruturais intraclasse e as relações superestruturais interclasses, possibilitando a resolução dos conflitos e a superação das contradições do processo de desenvolvimento. Na concepção gramsciana, tanto a estrutura pode determinar a superestrutura, quanto a superestrutura pode determinar a estrutura.

No entanto, o próprio Gramsci reconhece ser inerente ao sistema capitalista que a iniciativa da ação seja do econômico<sup>25</sup> ( seja do mercado) e que, a partir da ação econômica<sup>26</sup> ( do mercado capitalista), ocorra a reação do social. Dessa forma, o movimento do econômico (a ação econômica – valor que se valoriza no mercado auto-regulável) e o contramovimento do social (a reação do social – vida que se vitaliza pela autoproteção social) compõem movimentos contrários por natureza, que necessitam da mediação<sup>27</sup> da política e dos intelectuais para operarem a “unidade dos contrários” e concretizarem a complementaridade entre movimentos opostos.

<sup>22</sup> Sobre os papéis dos intelectuais, bem como, sobre o próprio conceito de intelectual, consultar: Especialmente, Portelli, 1983, Cap.: IV.; Bobbio, 1982; Bucí-Glucksmann, 1980, Cap. 1 da Primeira parte; Gruppi, 1978.

<sup>23</sup> Ver a esse respeito: Portelli, 1983, op. cit. Especialmente o Cap.: II onde discute a relação entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico, p. 45.

<sup>24</sup> Orgânico no sentido que lhe dá Gramsci. De ser mediada pelo intelectual e de possuir múltiplas determinações.

<sup>25</sup> Gramsci não fica sozinho nesta constatação. Além de Polanyi e Marx muitos outros o acompanham. Merecem destaque Schumpeter (1985, p. 44) que afirma “o mundo econômico é relativamente autônomo”; Porter, 1990, 1993 e 1996 que deixa evidente “minha teoria parte das indústrias e competidores até chegar à economia como um todo”; Coutinho e Ferraz, 1994 e Ferraz *et al*, 1995, são unânimes em eleger a empresa como a célula dinâmica e econômica do desenvolvimento recente. Nessa concepção, encontram-se todos aqueles que trabalham com a concorrência intercapitalista ou o mercado capitalista como fator único e exclusivo do desenvolvimento atual, que não é o caso de Gramsci e Polanyi.

<sup>26</sup> No entanto, devemos “assumir que o campo econômico não é auto-suficiente, autocontido, autógeno, uma máquina de negócios mecanicistas, uma naturalidade que tornaria o nosso objeto comparável ao das ciências naturais” (Braga, 2000, 30).

<sup>27</sup> Essa necessidade de mediação política tem sido destacada insistentemente pelo Prefeito Tarso Genro em seus escritos recentes (1997 a e b, 1999). Ele vai além, seguindo a vertente gramsciana do papel do intelectual na sociedade moderna e afirma que o papel do político, em si, e no sentido amplo do que se entende por político, é o de ser mediador.

As lógicas contrárias de uma mesma dinâmica capitalista de desenvolvimento.

Isso é assim, porque os movimentos contrários só existem na condição de oposição. Portanto, um não existe sem o outro. O trabalho enquanto mercadoria (força de trabalho ou recursos humanos) só é possível porque antes é vida humana. A natureza metamorfoseada à condição de mercadoria (terra ou recursos naturais) só é viável, porque antes é vida em geral. A organização produtiva enquanto produção de mercadorias (dinheiro) só é real, porque antes é produção material das necessidades humanas. São estas as duas lógicas antagônicas e, por isso, constitutivas do processo capitalista de produção, que vivem e convivem em constante luta. São os dois lados de uma mesma (moeda) dinâmica capitalista. São os dois lados de um mesmo processo de desenvolvimento moderno, que é, em si mesmo, enquanto processo de transformações econômicas e sociais, antagônicas, e, enquanto processo de transformações políticas, mediadoras.

Entre estes dois extremos constitutivos e delimitadores do processo de desenvolvimento capitalista se desenrola o embate teórico-metodológico e o debate ético-ideológico do desenvolvimento contemporâneo. O mais interessante dessa questão ou desse processo contraditório é que os ideólogos de um dos lados partem dos pressupostos das ciências sociais para, idealmente, defenderem o desenvolvimento humano como algo social, como algo construído pelo homem, como um processo autônomo que possui leis próprias e, dessa forma, negam a dimensão humana e natural do desenvolvimento. E com essa negação, a vida humana e a natureza não passam de meio para a produção da mercadoria das mercadorias, o dinheiro.

Já os ideólogos do outro lado partem dos pressupostos das ciências naturais para, idealmente, defenderem o desenvolvimento econômico como algo natural, como algo dado pela natureza, como uma extensão das leis da natureza e, dessa forma, escondem o fato de que a economia capitalista é uma construção contemporânea cujo objetivo maior é a produção de mercadorias (dinheiro). Desta maneira, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, os dois lados desta contenda sem fim, estão de mãos dadas na contribuição para o desenvolvimento ir se fazendo de acordo com as necessidades do processo de produção de mercadorias, deixando em segundo plano, ou, em alguns muitos casos, em plano nenhum, a produção da vida.

Por essa condição imanente do processo de desenvolvimento capitalista de ser na essência sempre diferente do que sentimos na aparência, portanto, um processo contraditório ou uma contradição em processo, como comprova Mazzucchelli (1985), é que sempre devemos buscar, por trás da quantidade da força de trabalho ou dos recursos humanos, pesquisar a qualidade de vida do trabalhador; por detrás da objetividade dos recursos naturais ou da terra, considerar a subjetividade da vida em geral; por detrás da fetichização da forma mercadoria, constatar o conteúdo de sua materialidade; por detrás da abstratividade do processo de globalização econômica, verificar a realidade do processo de localização social e ambiental. Assim, o desenvolvimento se faz numa

dialetização dessas duas lógicas antagônicas; por isso, exclusivas e exaustivas entre si: a lógica da vida (vida que se vitaliza finitamente) humana e da vida em geral, versus a lógica da mercadoria (valor que se valoriza infinitamente<sup>28</sup>) e vice-versa<sup>29</sup>.

A esfera política enquanto espaço da mediação: uma primeira aproximação da proposta.

Na proposição teórico-metodológica que estamos elaborando e na vida real, a política, enquanto esfera-espaço mediador, só pode aparecer como síntese da uma unidade dialética entre aparência e essência, entre economia e sociedade, entre a vida e a coisa. E só nessa condição de síntese (de *quid novum*), em termos metodológicos, e na condição de esfera-espaço de mediação, na vida real, é que se pode ter a esfera da política como momento de “integração dos opostos”, da “unidade do diverso” e da complementaridade entre movimentos. E, portanto, a mediação da política pode ser vista e considerada como necessária e possível.

Portanto, a política pode ser entendida em um duplo sentido: primeiro, metodologicamente, podemos considerá-la “como proceso de síntesis”, es decir por la vía de la reconstrucción por etapas de lo concreto a partir de sus determinaciones más sencillas” (Rosdolsky, 1978, 53). Por isso, o processo de desenvolvimento regional, enquanto unidade dialética, deve aparecer no pensamento “como una ‘rica totalidad’ com múltiples determinaciones y relaciones” (Rosdolsky, 1978, 54/5); segundo, concretamente, podemos considerar a política como esfera-espaço mediador das transformações históricas efetivas do desenvolvimento regional.

<sup>28</sup> Temos presente que essa “tendência contém um desenvolvimento contraditório, interior à estrutura, que se expressa na reversão da reprodução ampliada para a crise de reprodução sendo este significado de crise sistêmica, na qual a instabilidade estrutural se traduz numa propensão de duração indefinida à destruição aberta da coerência sistêmica”. (...) Cujo exemplo histórico pode ser buscado na ‘Grande Depressão dos anos 30’.

É neste momento que o tempo histórico se impõe como resolutivo, determinante do futuro do sistema, explicitando que a riqueza capitalista tem uma temporalidade, não é forma infinita, a-histórica. As condições do sistema reproduzir-se só são repostas pelas novidades que esse tempo histórico cria, novidades que alteram, reformam, limitam propriedades fundamentais do próprio sistema, regulando-o, organizando-o, sem eliminar, entretanto, sua forma específica de gerar riqueza, o capital, com o que a contradição na tendência pode repor-se” (Braga, 2000, 263/4/5). Nessa dinâmica contraditória, o infinito é finito e não é finito, porque na crise o sistema se repõe enquanto infinito.

<sup>29</sup> Porque todas estas dimensões “são em si mesmas somente fenômeno de superfície [aparência] e devemos tentar ver o que há por detrás delas [a essência] — o que quer dizer que devemos investigar historicamente os processos (...) reais e que ao fazê-lo revolucionam as estruturas (...) existentes” (Schumpeter apud Braga, 2000, 104).

Um primeiro degrau da nossa construção teórica

*Em função dessa concepção metodológica, o conhecimento se faz através da análise dialética da dinâmica estrutural interna – trabalho, natureza e organização produtiva em si e nas suas respectivas formas de mercadorias, força de trabalho ou recursos humanos, terra ou recursos naturais e dinheiro ou recursos monetários – do desenvolvimento local, passando pelo desenvolvimento regional e indo até o desenvolvimento global. Um “movimento que deve ser perseguido por uma atenta atualização espacial e temporal das categorias” (Braga, 2000, 45), reconstruindo a dinâmica estrutural do processo de desenvolvimento real, desde as determinações mais simples do desenvolvimento local.*

*A partir dessas determinações econômicas mais simples, trabalho enquanto força de trabalho ou recursos humanos, natureza enquanto terra, ou melhor, recursos naturais, organização produtiva enquanto organização produtiva de dinheiro ou recursos monetários, isto é, trabalho, natureza e organização produtiva enquanto mercadoria, ou melhor, enquanto produção e reprodução do capital é que se constitui e se conforma a esfera econômica<sup>30</sup> do desenvolvimento regional. Em decorrência, surgem os desafios sócio-ambientais do trabalho enquanto trabalho humano, da natureza enquanto uma natureza natural, da organização produtiva enquanto produção material, isto é, trabalho, natureza e organização produtiva enquanto vida, ou melhor, enquanto produção e reprodução da vida<sup>31</sup> é que constituem e configuram a esfera social (e ambiental) do desenvolvimento regional.*

Desse processo efetivo e, por definição, antagônico, emerge a necessidade de o desenvolvimento presente resolver os conflitos e superar contradições com origem no desenvolvimento passado, ou seja, “todo processo concreto de desenvolvimento repousa sobre o desenvolvimento precedente” (Schumpeter, 1985, 47). E, ao mesmo tempo, como parte de um único processo, emerge a possibilidade de o desenvolvimento presente ser a origem do desenvolvimento futuro. Traduzido, em termos schumpeterianos, pode ser dito que “todo o processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o

<sup>30</sup> Compreendidas no contexto do esforço produtivo humano, as relações dos homens com a natureza, as relações dos homens entre si e as relações de poder dão forma e conteúdo a esferas decisórias distintas do processo de desenvolvimento: econômica, social e política. Por consequência, configuram dimensões diferentes da vida humana e/ou em campos distintos de atuação dos homens, as quais acabam conformando estruturas organizativas do processo de desenvolvimento local-regional: econômicas, sociais e políticas. Assim estruturam a cada tempo histórico uma determinada organização espacial - econômica, social e política - possível e/ou indispensável para produzir as necessidades e os desejos de cada grupo social (Becker, 1999).

<sup>31</sup> Nessas duas dimensões estruturais constitui-se a contradição básica da modernidade: o capital enquanto fim em si mesmo nega o mundo sensível e limita a vida. Porque, “a finalidade do processo não é a satisfação de necessidades concretas, mas sim a transformação do trabalho, [da natureza e da organização produtiva] em dinheiro” (Kurz, 1992, 93)

[desenvolvimento] seguinte” (47). No primeiro caso, o processo de desenvolvimento pode seguir uma rotina, ano após ano, conformando o que Schumpeter (1985, p. 9 e segs.) denominou de fluxo circular da vida econômica. Nesta compreensão evolucionista do processo de desenvolvimento, as mudanças seguem um determinado padrão, sempre mudam dentro dos mesmos limites previsíveis e tendem ao “equilíbrio”.

No segundo caso, o processo de desenvolvimento pode ser, enquanto possibilidade, um processo em aberto em que as mudanças brotam do próprio processo de desenvolvimento. Enquanto tal, pode ser uma “mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (Schumpeter, 1985, 47).

São essas mudanças “estruturais ou qualitativas” na dinâmica de desenvolvimento brotadas de dentro do processo de desenvolvimento<sup>32</sup> e por iniciativa própria dos agentes sociais, econômicos e políticos, protagonistas mediadores<sup>33</sup> diretos do desenvolvimento regional, que conformam e configuram, em nosso entender, o desenvolvimento capitalista, enquanto um processo de transformações endógenas.

Assim, andamos na mão do que Braga (2000, 45/6) denomina de

um ‘ponto de encontro’ da teoria crítica em direção a uma teoria da instabilidade estrutural. A instabilidade estrutural tem como significação ser a instabilidade do todo, decorrente de sua forma, da compenetração funcional (deslocamentos), da trama, da complexidade e, assim, uma instabilidade intrínseca àquele conjunto de relações, num movimento que não admite a estabilidade dinâmica convergindo para o equilíbrio. Ela trata das mudanças estruturais ou qualitativas que um sistema [um processo de desenvolvimento regional] sofre a partir de alterações endógenas.

Portanto, não é nenhuma aberração supor que o estado de desenvolvimento de uma determinada comunidade emerge da criatividade para “fazer novas combinações” e da capacidade de articulação dos seus agentes sociais, econômicos e políticos em torno de um processo de desenvolvimento (sócio-ambiental) regionalizado, próprio e específico, portanto, diferenciado e diferenciador dos seus singulares.

<sup>32</sup> Nos termos de Schumpeter, (1985, 47) “entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”.

<sup>33</sup> Não no sentido que lhe dão os defensores da terceira via: Touraine e Giddens e cia, mas no sentido gramsciano do intelectual mediador, como veremos com mais vagar e por diversas vezes ao longo deste texto.

### Um segundo degrau da nossa construção teórica

Mas como isso seria possível? Se o próprio Schumpeter (1985, 143/9) diz que “em regra o novo não nasce do velho”! Além disso, “a experiência confirma – que a grande maioria das combinações novas não brotará das (...) [combinações antigas] nem tomará imediatamente o seu lugar, mas aparecerá a seu lado e competirá com elas”! Para complicar ainda mais, as “combinações novas não são, como se poderia esperar (...) distribuídas uniformemente através do tempo, (...) mas aparecem, se é que o fazem, descontinuadamente, em grupos ou em bandos” (Schumpeter, 1985, 148).

Sabemos todos que Schumpeter (1985, 54), como quase todos os economistas, manteve a sua análise restrita à esfera do econômico. E, por isso, define “de ‘empreendimento’ a realização de combinações novas; e chama de empresário os indivíduos cuja função é realizar estas novas combinações”. Embora Schumpeter não tenha reduzido o campo dos empreendedores aos proprietários, porque denominou de empresários o conjunto de profissionais empregados, gerentes ou diretores, entre outros técnicos da atividade econômica, sua abordagem das “novas combinações” não incluiu indivíduos que atuam em outras esferas do processo de desenvolvimento. Reside aí, talvez, por um lado, o endeusamento ideológico do empresário, pelos seguidores de Schumpeter, como o único agente vocacionado e talhado para dinamizar o desenvolvimento; e, por outro lado, a visão reducionista do processo de desenvolvimento a desenvolvimento econômico<sup>34</sup>.

Na verdade, nunca foi assim, como comprovou Polanyi, e como próprio Keynes (1985, 118) registrava, parece a contragosto: “que a prosperidade econômica depende, excessivamente, de um clima político e social que satisfaça ao tipo médio do homem de negócios”. Ou, como incisivamente afirmava Hilferding (1985, 314): “a luta de concorrência torna-se cada vez mais uma pelo poder político”. Portanto, mesmo que a dimensão econômica do processo de desenvolvimento seja, desde sempre, no contexto do sistema capitalista, a condição necessária, nunca foi condição suficiente.

<sup>34</sup> Devemos ter sempre presente o uso que o economista Schumpeter faz da “imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva”, decorrente de sua interpretação de que “o modernista tem de destruir para criar” e criar para destruir, “para compreender os processos de desenvolvimento capitalista. O empreendedor, que Schumpeter considera uma figura heróica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. Era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter, a destruição criativa era o *leitmotif* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente” (Harvey, 1993, 26).

Embora restem muitos economistas, profetas e sacerdotes, evangelizadores do primado do econômico<sup>35</sup> sobre as demais dimensões da vida, é crescente o número de estudiosos e de estudos que verificam, nas esferas do social e da política, a condição diferenciadora e diferencial; portanto, a condição suficiente do desenvolvimento recente das comunidades locais. Esses estudos e estudiosos são uma nova esperança, porque “abrem-se ao tempo sempre político em que se criam novos modelos e novas aplicações” (Schwartz, 2000, 20). Aliás, nada mais natural e desejável, do que reapresentar à “teoria econômica” “exatamente aquilo que se torna cada vez mais presente e necessário, a Política numa sociedade progressivamente pautada pela democracia de massas” (Schwartz, 2000, 71).

Aqui precisamos, fazendo um pequeno mas importante parêntese, recuperar a assertiva keynesiana de que, em um mundo de incertezas, “o negócio de hoje é governado pelas expectativas de hoje”<sup>36</sup>. Com esta constatação Keynes introduz, primeiro, o tempo econômico presente como síntese do desenvolvimento passado, manifesto nas convenções e como antecipação do futuro através das expectativas que os investidores formulam sobre o futuro. Sem dúvida, a principal convenção na economia capitalista é a forma dinheiro do capital. Por isso, “o dinheiro é, de fato, nas economias capitalistas, em que o objetivo da produção é a acumulação de riqueza abstrata, a ponte precária entre o presente e o futuro” (Belluzzo, 1997, 156).

Essa conclusão keynesiana funda-se no pressuposto de que as expectativas são guiadas

pelos fatos que merecem nossa confiança, mesmo se sua relevância for menos decisiva para os resultados esperados do que outros fatos a respeito dos quais o nosso conhecimento é vago e limitado (...), com freqüência, desprezível (...). “O estado de expectativa (...), que serve de base para nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente, do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da *confiança* com a qual fazemos este prognóstico...” (Keynes, 1985, 110).

Por isso, “na prática, concordamos, geralmente, em recorrer a um método que é, na verdade, uma *convenção*”<sup>37</sup> (Keynes, 1985, 112). A convenção, dessa forma, transforma-se

<sup>35</sup> Estes pregadores incansáveis estão sempre “constituindo a esfera econômica como esfera distinta e instaurando o domínio todo poderoso dos mecanismos abstratos e impessoais de um mercado supostamente ‘auto-regulador’” (Chesnais, 1996, 42).

<sup>36</sup> Para uma discussão pormenorizada dos fundamentos das expectativas consultar: Schwartz, 2000. Simplificadamente, as expectativas podem ser definidas com o “guia do negócio”, mesmo nos momentos mais incertos dos cursos ação alternativos.

<sup>37</sup> “A essência da convenção – embora ela nem sempre funcione de uma forma tão simples – reside em supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança” (Keynes, 1985, 112).

na base para o homem de negócios enfrentar “as forças obscuras do tempo e a ignorância que rodeia o futuro do seu negócio. (...) Empregamos a nossa inteligência em antecipar o que a opinião geral espera que seja a opinião geral” (Keynes, 1985, 114).

Com efeito,

A economia capitalista é para Keynes sobretudo uma dinâmica organizacional que se desdobra nas contradições entre incerteza financeira e convenções monetárias, ou seja, nos acertos e desacertos entre a temporalidade e as instituições que administram o tempo convencional. Há um confronto entre decisão individual e a tentativa de construção de modelos de organização e de comportamentos sujeitos à lógica da essência ou a padrões morais e culturais (Schwartz, 2000, 16)

Neste contexto de incerteza, em segundo lugar, Keynes reintroduz “a política (...) com a produção de uma informação relevante: o sistema pode [e precisa] ser administrado” (Schwartz, 2000, 41). Portanto, a economia precisa e deve ser politizada. Assim, “Keynes desloca a teoria econômica para o campo da política econômica, identifica um novo objeto (ou um momento na reflexão do objeto) que corresponde à instituição (e compreensão) de regras num espaço público” (Schwartz, 2000, 169). Nada impede que sigamos os caminhos keynesianos e desloquemos as teorias econômicas do desenvolvimento, para o campo complexo e complicado das políticas de desenvolvimento identificando um novo objeto: o desenvolvimento regional. E, assim, abrindo caminhos para o rascunho de um novo referencial teórico-metodológico para entender as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

E dessa forma e na forma de pensar a economia por Keynes, “esse deslocamento é da maior importância, [porque] coloca a economia [e nós colocamos o desenvolvimento regional] sobre um tabuleiro de decisões humanas, sem a pretensa segurança de leis naturais regulando o curso dos acontecimentos” (Schwartz, 2000, 46). Assim, *Keynes e nós, não só politizamos a economia e o desenvolvimento, como também, através da crescente democratização das relações sociais, socializamos a política. E isso só pode ser feito através da crescente participação social e cidadã no processo decisório definidor dos rumos do desenvolvimento regional compondo um “jogo de persuasão sem o qual toda a ação instrumental pode perder sentido”* (Schwartz, 2000, 64).

Fechando o parêntese, isso tudo torna-se mais verdadeiro tendo presente que “com tudo o mais saindo da equação competitiva, o conhecimento tornou-se a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo” (Thurow, 1997, p. 104) da região (do lugar). Conhecimento que “pode ser empregado somente através das habilidades” (Thurow, 1997, p. 104) de articulação/organização dos agentes regionais, sujeitos diretos e legítimos do processo de desenvolvimento da região.

### Um terceiro degrau da nossa construção teórica

Esse “novo” ambiente cooperativo ou esses ambientes diferenciados e diferenciadores, portanto alternativos entre si, alguns preferem chamar de “capital social”, como por exemplo, Putnam (1996), ao analisar a experiência italiana de regionalização do desenvolvimento; outros acham melhor conceituá-los de “capital sinérgico”, como fez Boisier (1999) ao acompanhar, enquanto técnico da CEPAL, a experiência de regionalização chilena; por fim, terceiros, ao analisarem experiências de regionalização em nações, cujos estados, desde a sua origem moderna e capitalista, não foram estados unitários, estão denominando de *governance* a estas formas de articulação dos interesses dos agentes do desenvolvimento, constituindo modelos próprios e específicos de desenvolvimento local-regional, conforme resume Bandeira, (2000, 38 e segs).

Diante dessas limitações analíticas e da necessidade de ir além, duas questões colocam-se desde já: primeira, uma questão dada pela experiência recente - quando se trata de desenvolvimento, as combinações novas cada vez mais dependem de iniciativas político-institucionais e cada vez menos dependem da espontaneidade criativa do empresário schumpeteriano<sup>38</sup>. São exemplos dessa nova realidade: a *Terça Itália*, o *Silicion Valley*, a *Route 128*, ZIRST – Grenoble, Cambridge, entre outras muitas iniciativas de novas combinações pensadas e levadas a cabo por sujeitos coletivos do desenvolvimento<sup>39</sup>, como veremos. Sem falar nas alianças estratégicas na área de pesquisa e desenvolvimento entre grandes corporações concorrentes. O que “dénote un mode de coordination des activités productives différent de la coordination par le marché” (Ravix e Torre, 1991, 375). Ou melhor, “*que le marché n’a plus le monopole de la dynamique de régulation. Les relations entre les agents économiques peuvent être gérées par leurs forces de coopération.*” (Kherdjemil, 1999, 271). Além disso, Dunford (1994, 167) recolhe «os indícios que (...) sugerem que a qualidade do desenvolvimento numa região e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar mais bem planejado e organizado, e menos regulado pelo mercado”. Colocando em cheque que “la théorie économique traditionnelle était construite sur l’hypothèse d’indépendance des agents économiques, qui n’interagissaient qu’à travers un système de prix” (Garnsey et Longhi, 1999, 514).

<sup>38</sup> Porque “a competitividade tem uma dimensão sistêmica, isto é, não se sustenta exclusivamente no dinamismo e na agilidade gerencial e inovacional da empresa privada, muito embora esta não tenha deixado de ser o veículo-chave de concretização da inovação tecnológica, isto é, da aplicação comercial, em escala econômica, de avanços científicos traduzidos em novos processos e produtos. Ocorre que a inovação privada flui com maior dinamismo nas economias que a presença de ‘externalidades’ benignas combina-se com a interação acentuada entre a empresa privada e as instituições públicas de ciência e pesquisa aplicada (universidades, institutos, centros de pesquisa)” (Coutinho, 1992, 79).

<sup>39</sup> Como o são “as celebradas conexões com a indústria de ‘alta tecnologia’ do Vale do Silício de [Universidade] Stanford ou a Rota 128 do MIT-Boston” (Harvey, 1993, 151). Revelando uma crescente cooperação entre as universidades e as corporações econômicas para a produção organizada e coletiva de conhecimentos.

Segunda, uma questão teórica a ser considerada: embora o empresário schumpeteriano, enquanto o principal responsável pelo “processo de destruição criativa” (Schumpeter, 1984, 110) na esfera econômica continue sendo a condição necessária, cada vez menos iniciativas isoladas de empresários inovadores conseguem, por si só, alavancar uma nova combinação geradora de “instabilidade estrutural”, dinamizadora do desenvolvimento. Cada vez mais, as habilidades desenvolvidas pelo conjunto dos agentes econômicos, sociais e políticos são determinantes da dinâmica de desenvolvimento<sup>40</sup>. Ou seja, cada vez mais as combinações novas criam-se a si mesmas na interação da esfera econômica com a esfera social de desenvolvimento, mediada pela esfera da política. Em outros termos, é no contexto geral (econômico-social-político) e mais amplo do processo de desenvolvimento em que se inserem e têm lugar as dinâmicas diferenciadas dos desenvolvimentos local-regionais.

Afirmada dessa forma, parece tratar-se de uma determinação mecânica do próprio processo de desenvolvimento. Na verdade, trata-se, como estamos vendo, de um processo complexo, resultante de múltiplos determinantes e desafios e, por excelência, contraditórios. Se é assim, de onde e como surgem as novas combinações?

A esfera política enquanto espaço da mediação: uma segunda aproximação da proposta.

Para respondermos a esta questão e concebermos o processo de desenvolvimento em toda a sua complexidade, devemos, definitivamente, socorrer-nos de Gramsci e de seus críticos contemporâneos, especialmente, mostrando como ele e seus seguidores trabalham a esfera da política como esfera, por excelência, da mediação. Tema, aliás, que aqui só está sendo enunciado<sup>41</sup>.

Gramsci concebe a realidade como sendo resultado de um duplo momento: um momento estrutural, composto pelas esferas econômica e social; e outro momento superestrutural, composto pelas esferas da sociedade civil e da sociedade política (ético-ideológica)<sup>42</sup>. Numa primeira concepção, o momento estrutural “define-se (...) como o conjunto das forças sociais e do mundo da produção”. (Portelli, 1977, 45); e o momento superestrutural como sendo o “reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci citado por Portelli, 1977, 47). Isso imbrica a estrutura à superestrutura,

<sup>40</sup> “L’organisation des entreprises en réseau est donc la forme concrète au sein de laquelle s’affirme la dynamique de la gouvernance” (Kherdjemil, 1999, 271).

<sup>41</sup> Este tema será tratado com mais profundidade e rigor no Capítulo 5 de um outro trabalho em construção intitulado: DINHEIRO, VIDA E PODER.

<sup>42</sup> “A análise separada de cada uma das duas esferas do momento superestrutural não corresponde, evidentemente à realidade prática” (Portelli, 1977, 32).

compondo o bloco histórico gramsciano com o que “a análise da superestrutura permitirá o estudo indireto da própria estrutura (...) [tendo] com a vantagem de considerar a dinâmica da estrutura e não sua ‘fotografia’ estática e de sublinhar a influência da superestrutura em sua evolução” (Portelli, 1977, 47).

Esta ligação umbilical entre estrutura e superestrutura é denominada por Gramsci de vínculo orgânico do Bloco Histórico e compreende a “necessidade de o movimento superestrutural evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (Portelli, 1977, 47).

Este vínculo orgânico “é assegurado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico – os intelectuais” (Portelli, 1977, 48), já que “cada grupo social, surgido num terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo, a si próprio e uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano social e político” (Gramsci citado por Portelli, 1977, 49).

Dessa maneira, ocorre a catarse gramsciana que nada mais é do que “a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto também significa a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade” (Bobbio, 1982, 38). Isto, na proposição analítica que estamos formulando, significa a passagem da necessidade à possibilidade ou mais precisamente a passagem da condição necessária para a condição suficiente de desenvolvimento regional.

*Em nossos termos, isso significa a passagem analítica da força de trabalho mercadoria à consciência do trabalho ser antes de qualquer coisa uma atividade humana, a passagem da natureza mercadoria - recursos naturais - para a consciência de que a natureza é antes de qualquer coisa vida em geral, inclusive, é vida humana. E assim se faz a passagem da quantidade à qualidade. Em outros termos, se faz a passagem do valor que se valoriza para a vida que se vitaliza.*

Por essa passagem de reconhecimento, quando as condições objetivas transformam-se em subjetivas, o sujeito se torna livre, pois passa da experiência à consciência, e, por isso, se põe em condições de poder transformar a realidade, já que, segundo Gramsci citado por Bobbio (1982, 37), “não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política<sup>43</sup>, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam seu movimento”.

<sup>43</sup> Em nossos termos, não é a estrutura sócio-econômica que determina diretamente a ação política pró-desenvolvimento regional mas a interpretação que se faz dela.

*É nessa tomada de “consciência, (...) através do reconhecimento que o sujeito ativo da história faz da objetividade, reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado” (Bobbio, 1982, 39) que os intelectuais orgânicos<sup>44</sup>, enquanto organizadores políticos e mediadores sociais do consenso, transformam-se em ideólogos (Buci-Glucksmann, 1980, 54) assumindo o papel de uma camada social mediadora (p. 55) e exercendo “a função de organizar a hegemonia social de um [determinado] grupo e sua dominação estatal” (54).*

Enquanto organizador e mediador, o intelectual gramsciano “exerce suas funções em todas as esferas da vida social (...): seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública” (46) do desenvolvimento regional.

“Em síntese, a análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel -conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que, ao produzir ideologia, fornece consciência” (Beired, 1998, 127) ao “grupo social (...) das possibilidades de ação e luta que lhe são consentidas por determinadas condições materiais de sua ação (...), como meio, livre para ‘transformá-las em meio de liberdade, instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas” (Bobbio, citado por Portelli, 1977, 52) de construção de consensos mínimos em torno de projetos de desenvolvimento regional que vinculem o presente ao futuro. E, assim, surgem os momentos que, mesmo sendo temporários, têm como uma de suas características marcantes a formação social (bloco hegemônico regional) de uma imagem legítima de futuro. (Schwartz, 2000, 64).

#### Um quarto degrau da nossa construção teórica

Neste contexto de crescente imbricamento entre as esferas econômicas, sociais e políticas, o empresário inovador schumpeteriano, realizador das novas combinações, seja criando novo produto; introduzindo novo método produtivo; abrindo novo mercado; conquistando novas fontes de matérias-primas; ou constituindo nova organização industrial, deve ir além da sua função essencial na esfera econômica. Para ir além da sua atividade econômica, nas palavras de Schumpeter (1985, 55), o empresário-intelectual “deve sempre aparecer misturado com outros tipos de atividade, que, via de regra, devem ser muito mais importantes que o essencial”. Mas só isto não basta. É necessário fazer avançar o empresário inovador schumpeteriano transfigurando-o em intelectual inovador gramsciano, capaz de “levar a cabo novas combinações”, não só na esfera técnico-produtiva, mas ser capaz de conceber e de executar novas combinações sócio-culturais e ético-ideológicas.

<sup>44</sup> Orgânicos porque “organizadores políticos e organicamente vinculados a sua classe social”. (Buci-Glucksmann, 1980, 79). Em nossos termos, são os agentes organizadores e dinamizadores do processo de desenvolvimento regional.

À semelhança do que faz Schumpeter, separando os “meros administradores dos empresários inovadores”, Gramsci separa hierarquicamente os intelectuais “segundo o valor qualitativo de sua função, do grande intelectual ao intelectual subalterno: na cúpula, os criadores da nova concepção de mundo (...); no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar a ideologia” (Portelli, 1977, 97). Ao distinguir o intelectual criador do mero organizador político, Gramsci, tal qual faz Schumpeter com a inovação tecnológica no momento estrutural, elege a “inovação” ideológica como estratégica na luta superestrutural dos grupos sociais pela hegemonia de uns sobre outros. *É nessa combinação de novas combinações, ou melhor, é nas necessárias e/ou possíveis interações das novas tecnologias com as novas ideologias (Thurow, 1997, 16 e 24) que se pode localizar as forças impulsionadoras e dinamizadoras do desenvolvimento local-regional.*

Aqui as ideologias – das quais a sociedade civil é a sede histórica - (re)surgem como forças formadoras e criadoras de novas combinações que vão além da esfera técnico-econômica e se tornam o momento primário. Nessa concepção, *as ideologias, ao confrontarem-se no momento superestrutural, transformam-se em instrumentos de luta dos grupos sociais pela hegemonia, pela direção de um grupo social sobre outros grupos, subordinando-os.* E, assim, conquistando a condição de ser direção do desenvolvimento regional. Constituem-se, assim, em classe dirigente do desenvolvimento regional. Nesta dimensão, o intelectual gramsciano, o nosso agente regional se distingue pela sua especialização técnica, pelo hábito coletivo de trabalho, por ser capaz de articular a sua especialidade profissional ao desenvolvimento de uma ação cultural e política de natureza hegemônica (Beired, 1998, 128). Constrói-se, assim, os elementos mediante em nível superestrutural, ideologia e hegemonia.

Em nível de sociedade civil – a ideologia enquanto elemento mediante tem uma dupla dimensão: por um lado, serve para os intelectuais orgânicos homogeneizarem e organizarem o seu grupo social, dando-lhe identidade; e, por outro lado, transforma-se em instrumento de luta dos grupos sociais pela hegemonia, pela direção da sociedade. Isso se dá através da “organização intelectual da hegemonia” em bases classistas, o que possibilita, em termos gramscianos, apontados por Portelli (1977, 64/5) “a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política” e a formação de um bloco hegemônico regional. Este, por sua vez, resulta necessariamente de uma base social ampliada por apoios de grupos aliados à classe fundamental. Dessa articulação interna dos interesses, brotam as condições hegemônicas (diretivas e dominantes) para a mediação dos movimentos antagônicos: de um lado, o movimento do processo econômico e, do outro lado, o contramovimento do processo sócio-ambiental.

Parafraçando Schwartz (2000, 197), nos casos de Polanyi, Gramsci, Keynes, Marx e, em certo sentido Bobbio, a “coerência” da economia e do desenvolvimento dependem de procedimentos simbólicos e da “tomada de consciência” explícita e negociada de que o futuro da sociedade faz parte do jogo político. Há sempre um projeto

de sociedade, portanto, um projeto de desenvolvimento no jogo retórico e, assim, a teoria é ininteligível se não se traduz numa teoria da ação política, de uma ação política pró-desenvolvimento. Torna-se necessário perceber que nenhuma relação entre essas tramas conceituais é logicamente suficiente para dar conta da prática histórica – antes impõem-se a definição de campos onde seja possível a tomada de consciência pelos agentes regionais em confronto. A existência mesma deste depende crucialmente de uma exposição discursiva que se move continuamente entre a lógica e a histórica, conformando um referencial teórico-histórico ou, abreviadamente, uma teoria da política de desenvolvimento regional.

Somente uma aguda consciência dessas tensões que animam a temporalidade da economia, da sociedade e da política nesses clássicos do pensamento pode evitar a pasteurização de suas idéias em modelos neoliberais ou neodeterministas, abrindo caminho para a percepção de que suas obras não são “teorias” no sentido convencional, mas convites à atuação política e, no limite, fundamentações lógico-históricas da ação política, sobretudo de uma ação política pró-desenvolvimento regional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Um quinto degrau da nossa tentativa de construção teórico-metodológico

Como afirma o professor Belluzzo (2000, 11) e “como o leitor há de perceber, síntese não é sùmula, mas um desenvolvimento que se enriquece e ultrapassa os primeiros esforços” na direção da construção do desenvolvimento regional pensado.

Entretanto, nada impede que comecemos pela sùmula. Por isso, iniciamos, o esforço final, mas não definitivo, na construção da nossa concepção teórico-metodológica pelas três principais esferas do processo de desenvolvimento contemporâneo: econômica, social e política.

Um dos lados da dinâmica do desenvolvimento contemporâneo: A ação econômica de uma competição globalizada.

A primeira: a esfera configurada pelo processo de transformações econômicas do desenvolvimento. Através da expansão e da intensificação da concorrência intercapitalista, interestatal, interregional, entre outras formas, a competição globalizada transformou-se no motor mercadológico do processo de transnacionalização dos espaços econômicos. Neste processo, o credo “neoliberal” no mercado auto-regulável é que determinou a ação dos agentes econômico-corporativos e, assim, dinamizou o processo de globalização econômica. Entre muitos outros, dois (des)caminhos da globalização transformaram-se nos seus principais viabilizadores: o processo de financeirização da riqueza e o progresso tecnológico. Ao mesmo tempo, a dimensão financeira e tecnológica, enquanto processos



econômicos de globalização, transformaram-se em determinantes das condições de realocação do desenvolvimento contemporâneo<sup>45</sup>. Assim, a criação de um espaço global, abstrato e homogêneo, gera um espaço local, concreto e heterogêneo, de desenvolvimento. Cria-se, assim, a necessidade e a possibilidade para a existência e a coexistência competitiva de múltiplos processos de desenvolvimentos regionais. Desse ângulo da nossa concepção analítica, o próprio processo de desenvolvimento regional, enquanto espaço de desenvolvimento, é determinado pela concorrência capitalista global. Nesta condição, necessariamente o desenvolvimento regional tem de ser competitivo, porque é “apenas parte do espaço, o espaço de alguns”. Portanto, globaliza-se, porque é necessário colocar em competição os múltiplos locais do desenvolvimento contemporâneo. Isso só pode ser entendido dessa forma, porque no âmbito do modo de produção capitalista, a esfera econômica é a esfera determinante do sistema. E, em termos metodológicos, essa é uma das dimensões, a dimensão econômica – competitiva, quantitativa, abstrata, objetiva, aparente – do processo de desenvolvimento capitalista. Normalmente, nessa concepção positivista, a dedução é o método usado pelos pesquisadores para fazerem seus estudos<sup>46</sup>.

Outro dos lados da dinâmica do desenvolvimento contemporâneo: A reação social de uma cooperação localizada.

A segunda: a esfera conformada pelo processo de transformações sócio-ambientais. Em decorrência das determinações da concorrência mundializada, as comunidades regionais são levadas a um crescente processo de regionalização dos espaços sócio-ambientais do desenvolvimento. Nesse processo, a necessidade de auto-proteção social leva as comunidades, num primeiro momento, à ação passiva ou à reação do social e do ambiental, para se defenderem das dificuldades decorrentes da regionalização e, num segundo

<sup>45</sup> Ou, em outros termos, transformam-se em determinantes globais e mercadológicos dos desenvolvimentos local-regional. Colocando as muitas regiões do desenvolvimento em concorrência entre si na tentativa de partilharem dos fluxos globais mais dinâmicos.

<sup>46</sup> Aqui, a título de ilustração, faremos uma citação de Belluzzo (2000, 13) que diz: “Os fundamentos da teoria econômica dominante definem coerentemente o mercado como um *ambiente comunicativo* cuja função é a de promover de modo mais eficiente possível a circulação da informação relevante. Essa ontologia tem uma expressão metafísica e outra epistemológica. A metafísica reivindica o caráter passivo e inerte da matéria e a *causação* é vista como um processo linear e unidirecional, externo e inconsistente com a *geração do novo*. Na versão epistemológica, reduto preferido do positivismo, os fenômenos são apresentados como qualidades simples e independentes, apreendidas através da experiência sensível. Nesse caso, a causalidade é vista como a *concomitância regular* de eventos que se expressa, depois de processada pelo sujeito do conhecimento, sob a forma de *leis naturais*” (13). Por isso, recusamos a ontologia atomista. Aliás como fazem Belluzzo, 2000; Braga, 2000; Schwartz, 2000; Keynes, 1985; Kalecki, 1985; Marx, 1985; e, talvez, Schumpeter, 1985 e 1984.

momento, podem, enquanto possibilidade, favorecer uma ação ativa/cooperativa dos agentes para superarem os desafios do desenvolvimento regional. Entre os múltiplos e complexos (des)caminhos decorrentes da necessidade de tornar sustentável o desenvolvimento regional, dois se tornaram especialmente desafiadores: os relativos ao mundo do trabalho e os decorrentes da degradação ambiental. Simultaneamente, trabalho, enquanto base social do processo de desenvolvimento humano, e natureza, enquanto base natural do processo de desenvolvimento regional, transformaram-se em desafios sócio-ambientais da localização do desenvolvimento capitalista. Regionaliza-se, porque é necessário, por um lado, defender-se da globalização<sup>47</sup> econômica e, por outro lado, superar os desafios de um processo de desenvolvimento relocado pelo sistema. Por isso, parte-se do pressuposto de que o processo de regionalização sócio-ambiental do desenvolvimento capitalista é, por um lado, necessidade do processo de globalização econômica e, por outro lado, possibilidade de um desenvolvimento local diferenciado e diferenciador. Essa é a outra dimensão, a dimensão sócio-ambiental – sustentável, qualidade, concreta, subjetiva, essência - do processo de desenvolvimento capitalista. Normalmente, nessa concepção não-positivista, a indução é o método usado pelos pesquisadores para fazerem seus estudos.

#### Um sexto degrau da nossa construção teórica

Aqui, pode-se dar o primeiro passo no sentido de ir além da sùmula, e adiantar um entendimento elementar e, ao mesmo tempo, basilar da análise dialética das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional; a dialética como a “lei da passagem da quantidade para a qualidade” como encontramos em Minayo (1999). Ou como encontra Bobbio (1982, 69) em Gramsci, que diz, “a quantidade transforma-se continuamente em qualidade”. Esse princípio da dialética faz Minayo (1999) propor a “dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade/exterioridade” (p. 11 e 13), o que, certamente, é um erro primário, porque o termo dialética significa muito mais do que isso. Haja vista que, enquanto teoria e técnica, vai muito além, conforme veremos abaixo. Essa passagem, no entanto, não deixa de ser uma condição primeira da análise dialética da regionalização do processo de desenvolvimento contemporâneo. Porque, dessa forma, pode-se fazer a passagem analítica da dimensão econômico-quantitativa para a dimensão socioambiental-qualitativa do processo de desenvolvimento contemporâneo. Como veremos na terceira parte da nossa sùmula a seguir.

<sup>47</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é exemplo dessa necessidade.

A esfera política enquanto espaço da mediação: Uma terceira e última aproximação da proposta.

A terceira: a esfera constituída, por um lado, pelo processo de transformações políticas, resultante da interação econômica e social do desenvolvimento e possibilitada, por outro lado, pela condição de ser espaço político da mediação. Por isso, e nesta condição, o processo econômico de competição e o processo social (e ambiental) de cooperação ao interagirem e, juntos, tornarem-se a base estrutural do desenvolvimento regional, refletem na superestrutura, o processo político. Enquanto esfera política refletida, adquire a condição mediadora, porque a economia e a sociedade, ao estarem repletas (preenchidas) de contradições e conflitos, e, em sendo as dimensões basilares do momento estrutural, demandam, por um lado, a superação das contradições e a resolução dos conflitos do desenvolvimento passado, conhecido; e, por outro lado, a articulação dos agentes em torno do desenvolvimento futuro, incerto. Nesta dupla mediação, presente, do desenvolvimento passado e do desenvolvimento futuro, a esfera política passa de um simples reflexo estrutural na superestrutura para a condição de ser espaço-esfera de produção e divulgação da ideologia e de construção da hegemonia, ou melhor, construção do consenso. Consenso que é a eleição de um cenário em que, por ser crença geral, pode tornar-se realidade; portanto, o momento da conquista da direção ideológica e política do processo de desenvolvimento regional. Assim, ideologia e hegemonia transformam-se nos elementos mediantes, por um lado, da superação das contradições e resolução dos conflitos do desenvolvimento e, por outro lado, da viabilização das articulações dos agentes locais do desenvolvimento regional. No momento superestrutural, portanto, é que se criam as condições ideológicas e hegemônicas (diretivas e dominantes) e, assim, se dá forma e conteúdo diferenciados às dinâmicas dos processos de desenvolvimento regional capitalista. É em nível local que as vontades são determinadas, já no nível dos interesses mais imediatos e passam objetivamente por processo de universalização ou de politização, que leva à formação de sujeitos coletivos, protagonistas diretos dos processos de desenvolvimento regional. E isso só pode se concretizar pela crescente participação social e cidadã no processo de decisão e, portanto, de construção regional, com o que garantem-se adaptações rápidas às constantes transformações decorrentes do dinamismo global. Dessa forma, é que descentralizam-se os espaços políticos, porque flexibilizam-se os processos decisórios de desenvolvimento regional, abrindo-os à crescente participação dos agentes regionais do desenvolvimento e, assim, socializando a política de desenvolvimento. Por isso, cada região, cada lugar do desenvolvimento reage e age diferentemente. Por isso, podemos considerar a política, por um lado e concretamente, enquanto esfera, um espaço de mediação dos determinantes e desafios do processo de desenvolvimento regional; por outro lado, metodologicamente, enquanto processo político, aparece como síntese das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

A dialética dos duplos movimentos contrários.

Num resumo da súmula e no entendimento desse texto, *o processo de globalização configura o movimento de transnacionalização dos espaços econômicos; o processo de localização do desenvolvimento conforma a regionalização dos espaços sociais; e o processo de flexibilização consigna o movimento de descentralização dos espaços políticos. Enquanto processos, podem ser considerados dialeticamente, primeiro, como movimentos antagônicos, e, segundo, como movimentos contraditórios*<sup>48</sup>.

No caso dos movimentos antagônicos, trabalha-se com a possibilidade de uma ação recíproca entre os processos: a globalização, enquanto movimento, determina a localização do desenvolvimento e, em sentido contrário, a localização, enquanto contramovimento, desafia a globalização do desenvolvimento. Neste significado, a dialética do desenvolvimento contemporâneo, a competitividade e a sustentabilidade, a quantidade e a qualidade, o abstrato e o concreto, o objetivo e o subjetivo, a aparência e a essência, entre outros, representam movimentos antagônicos (competição versus cooperação) de uma mesma dinâmica de desenvolvimento, dimensões opostas (quantidade versus qualidade) de uma mesma realidade. E, portanto, neste significado, ao mesmo tempo, ao agirem reciprocamente, enquanto contrários e opostos, os movimentos e as dimensões constituem uma determinada relação, uma determinada conexão ou melhor uma determinada complementaridade conformando uma unidade de contrários e/ou de opostos. Por isso, e nesse significado da dialética, o processo de globalização econômica e o processo de localização sócio-ambiental podem ser considerados como movimentos contrários de transnacionalização versus regionalização. Dessa relação de opostos, desses movimentos contrários, ou melhor, da interação entre o processo de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização) e processo de regionalização dos espaços sociais (localização) aflora, enquanto necessidade mediadora e possibilidade viabilizadora, o processo de flexibilização dos espaços políticos (descentralização) de desenvolvimento regional.

Neste primeiro nível de análise da dialética do desenvolvimento contemporâneo, *trabalha-se com o pressuposto de que, num determinado tempo e espaço, numa determinada ação recíproca, ou o que dá no mesmo, numa determinada relação biunívoca (por exemplo, em termos gramscianos, entre teoria e prática, intelectuais e massas) acaba*

<sup>48</sup> Para tanto, nos valem da leitura de Bobbio do uso do termo dialética feito por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Bobbio (1982, 65) ao analisar nos escritos de Gramsci (1975) os significados dados ao termo dialética conclui que, "podem-se distinguir dois significados fundamentais; o significado de 'ação recíproca' e o de 'processo por tese, antítese, síntese'. O primeiro significado aparece quando o adjetivo 'dialético' vem unido a 'relação', 'conexão', talvez mesmo unidade. O segundo quando vem unido a 'movimento', 'processo', 'desenvolvimento'".

*produzindo-se um determinado resultado, uma determinada síntese. No exemplo dessa proposta, a ação econômico-corporativa e a reação sócio-ambiental, enquanto movimentos antagônicos e recíprocos de duas esferas distintas, econômica e social, necessitam de uma determinada mediação da esfera política e, ao mesmo tempo, possibilitam, no tempo e no espaço, a viabilização de um determinado modelo de desenvolvimento e, assim, mediação e viabilização de uma determinada relação estrutura e superestrutura.*

Aqui devemos ter presente a observação feita por Bobbio (1982, 67), de que "o uso mais freqüente do termo 'dialética', entendido como ação recíproca, encontra-se em Gramsci a propósito da relação estrutura/superestrutura, ou seja, daquele composto ou síntese que ele chama de "bloco histórico". Pode-se dizer que, por "bloco histórico", Gramsci entende a dinâmica – numa certa situação histórica – da ação recíproca (dialética) entre estrutura e superestrutura. Em uma célebre passagem diz que 'a estrutura e as superestruturas formam um "bloco histórico", e Gramsci explica quais são as condições históricas necessárias para que a ideologia transforme a realidade, o que ele expressa em termos hegelianos dizendo que "o racional se faz no real", e conclui que "o raciocínio se baseia na reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura".

Portanto, neste nível de análise dialética das diferentes dinâmicas de desenvolvimento que estamos propondo, *pode-se trabalhar o processo de desenvolvimento regional, enquanto estruturação de um determinado modelo*<sup>49</sup> *de desenvolvimento delimitado por um determinado tempo (período) e espaço (local-regional), constituído por uma dupla oposição ou por uma dupla ação recíproca: num primeiro plano de contrariedade, a oposição ou a relação biunívoca entre o movimento econômico e o contramovimento sócio-ambiental; num segundo plano de contrariedade, a ação recíproca entre o momento estrutural (econômico + sócio-ambiental) e o momento superestrutural (ideologia + hegemonia = político).*

A dialética da dinâmica do processo de desenvolvimento

Quando movimentamos este modelo, ou queremos trabalhar com as transformações "estruturais e qualitativas", adentramos ao segundo nível de análise dialética das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional ou ao "uso de longe mais freqüente e, também, indubitavelmente o mais importante do termo 'dialética'. Na linguagem gramsciana é o que corresponde ao significado de 'processo tese/antítese/síntese'. (...) É também o significado mais genuinamente hegeliano-marxista. Basta pensar que conflui no sentido de 'devir'" (Bobbio, 1982, 67). É, certamente, o mais

<sup>49</sup> O termo modelo é aqui utilizado no sentido que dá Mattoso (1995) para "padrão de desenvolvimento", especialmente no Capítulo II, p. 62 e segs. Ou no sentido que é usado por Ferraz (1995) de "padrões de concorrência", ligando, em termos dinâmicos, padrão a competitividade do desenvolvimento, Capítulo 1, p. 1-10.

apropriado para analisar o movimento dialético das transformações (econômicas, sociais, políticas) históricas efetivas do processo de desenvolvimento regional.

Por que seria o instrumental fornecido pela lógica dialética mais apropriado para a análise do processo desenvolvimento regional?

Antes de responder, entretanto, precisamos fazer um novo esforço para enfrentar uma questão que nos persegue desde o início dessa nossa construção<sup>50</sup>: o uso alternativo ou ambíguo dos termos “contrário” e “contraditório”. A contrariedade de movimentos, já vimos acima, compreende uma ação recíproca entre opostos, o que pode significar, em termos de dialética, uma “relação”, “conexão”, ou até mesmo “unidade” entre contrários. Essa parece uma dialética sem alma, ou melhor, sem vida, porque, sem movimento. Por aqui, pelo movimento, podemos começar a distinguir a contraditoriedade dos movimentos. Porque, contraditório, além de indicar “movimento”, pode e deve ser ligado a “processo”, a “desenvolvimento”, enfim, às diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

*Um primeiro elemento ou primeira resposta a nossa pergunta pode ser facilmente verificada na própria dinâmica do processo de produção capitalista, já que esta se fundamenta na lógica do processo de interversão<sup>51</sup> do trabalho humano em sua negação, mercadoria mão-de-obra, transformando, assim, o homem em não-homem; da natureza em sua negação, mercadoria terra e, assim, transformando a natureza em não-natureza; da organização produtiva das necessidades humanas de bens e serviços materiais em sua negação, uma organização produtiva da mercadoria dinheiro e, dessa forma, transformando a produção em não-produção da vida.*

*Ao proceder essa “negação”, ou melhor, esta transformação do homem em recursos humanos (mercadoria homem diferente do homem), da natureza em recursos naturais (mercadoria natureza diferente da natureza), da organização produtiva em recursos monetários (mercadoria organização produtiva diferente da organização produtiva), transformar-se-á a espécie humana, as demais espécies e a organização produtiva das necessidades humanas de objetivo em si, em meios. Este é um dos primeiros elementos, constitutivo do processo contraditório, o caráter “antagônico” do desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo que é desenvolvimento para uns é não-*

<sup>50</sup> Essa construção está melhor formulada em outro texto de nossa autoria intitulado: O Conhecimento se Fazendo.

<sup>51</sup> “o único trabalho que merece se chamado de dialético, e portanto pode ser considerado científico, é aquele que é capaz de mostrar como noções (...) [homem, natureza, organização produtiva], consideradas como determinações do capitalismo, são afetadas de negação, e por isso se intervertem em seus contrários” (Fausto, 1987, 55).

*desenvolvimento para outros. Ou, ao mesmo tempo que produz o enriquecimento de uns poucos, provoca o empobrecimento de muitos outros.*

Segundo Beluzzo (1987), “trata-se da lei interna de um regime de produção ‘que não está ligado a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades’ [humanas], senão unicamente às necessidades de autovalorização do capital” (89). Dessa forma, o processo de desenvolvimento enquanto “valor que se valoriza” não só é “capital que se acrescenta como também repõe suas próprias condições de existência (...) [trabalho, natureza e organização produtiva] em escala cada vez maior” (89/90). “Só esse movimento pode ser chamado (...), uma dinâmica, isto é, um movimento de desenvolvimento interior à estrutura e suficientemente determinado por ela (o movimento de acumulação), que se efetua de acordo com um ritmo e uma velocidade próprias [e específicas] determinadas pela estrutura, possuindo orientação necessária irreversível, e conservando (reproduzindo) indefinidamente, em uma outra escala, as propriedades da estrutura” (90)<sup>52</sup>.

Só para nos lembrar,

O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro, [nos tempos recentes], revelou uma verdade incontestável. Ou por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi, [de Gramsci e Kalecki, de Bobbio e Hiferding] – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a força nua e crua no atual rentismo especulativo (Cardoso de Mello, 1997, 23)

Portanto, além de ser constitutivamente “antagônico”, o desenvolvimento capitalista revela, também, um outro caráter, o de ser, enquanto produtor e reproduzidor de capital, continuamente “progressivo” (Mazzucchelli 1985, 20). A progressividade torna-se uma realidade concreta com a generalização da produção mercantil, ou com a transformação do trabalho, da natureza (e dos meios de produção) em capital. Sendo mais

<sup>52</sup> Esse fato incontestável do desenvolvimento ser um processo sempre desequilibrado, aberto, repleto de conflitos e contradições e provocador, até mesmo, de rupturas entre as suas principais dimensões (esferas) econômica, social e política, torna a esfera da política um espaço mediador necessário ao processo de desenvolvimento capitalista. Conforme veremos, “A manutenção, em conjunto, (...) [das esferas] componentes do desenvolvimento compete à democracia porque esta dá ao sistema político um papel de mediação entre os (...)” (Touraine, 1996, 214) sujeitos individuais e coletivos, protagonistas do desenvolvimento. Por isso, “o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia” (214).

preciso, a mercadoria mão-de-obra<sup>53</sup> (recursos humanos), a mercadoria terra<sup>54</sup> (recursos naturais), transfiguram-se em seu contrário, o capital<sup>55</sup>. Esta transformação segundo Belluzzo (1987, 88), torna-se realidade do desenvolvimento capitalista com a “transfiguração da própria lei do valor em lei do processo de valorização”. Com essa inversão, “não se visa mais obter uma mercadoria através do dinheiro, visa-se o aumento do dinheiro através do dinheiro” (Fausto, 1987, 187). Assim, *o processo de produção e de reprodução do capital transforma-se em objetivo de si mesmo. Em sendo dinamicamente “valor que se valoriza”, autonomiza-se, tornando-se sujeito do processo de desenvolvimento capitalista.*

Uma síntese final não definitiva da nossa construção teórico-metodológica.

*Entretanto, o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo<sup>56</sup>, pois se move em meio a contradições superadas constantemente, porém postas e repostas continuamente pelo próprio capital através da negação das suas próprias determinações. Para tanto, nega, em primeiro lugar, a determinação humana do desenvolvimento transformando o trabalho humano na mercadoria recursos humanos; a determinação natural do desenvolvimento, transformando a natureza na mercadoria recursos naturais; a determinação material vinculada às necessidades humanas da organização produtiva real, transformando-a na mercadoria recursos monetários. E nega, em segundo lugar, a sua própria negação, ao transformar as mercadorias em geral, em capital dinheiro. E, assim, temos a “negação da negação”. E é, pela “negação da negação”, portanto, enquanto*

<sup>53</sup>“O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo ‘progresso técnico’ e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso” (Chesnais, 1996, 42).

<sup>54</sup>“O uso da terra, bem como de todos os recursos naturais, renováveis ou não, foi submetido ainda mais estreitamente às leis do mercado capitalista. Produtividade é a palavra-chave, mesmo se a CEE tem de organizar áreas sem cultivo e desertificadas para abrir aos concorrentes não-europeus, enquanto milhões de seres humanos passam fome por toda parte do mundo. Por sua vez, os terrenos urbanos ou urbanizáveis escaparam à (...) socialização do solo, (...) e são objeto de especulação desenfreada, tendo como consequência que hoje existem centenas de milhares de sem-teto, mesmo nos países mais prósperos” (Chesnais, 1996, 42/43). E centenas de milhões de sem-terra e de sem-teto nos demais países.

<sup>55</sup> Nessa forma de existência, como capital, o trabalho humano, a natureza e a organização produtiva das necessidades humanas desprendem-se do seu contexto sensível de uma materialidade, de ter uma determinada qualidade, uma determinada utilidade humana e transformam-se numa atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. “Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes do ‘metabolismo entre os homens e a natureza’, que serve para a satisfação das necessidades. Passam a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como ‘mais dinheiro’” (Kurcz, 1992, 28).

<sup>56</sup> Mazzucchelli (1985, 24), “o capital (...) é a própria contradição em processo, pois se move em meio a contradições superadas constantemente, porém postas também constantemente”.

*movimentos contraditórios, que a lógica dialética<sup>57</sup> transforma-se em parte constitutiva do nosso objeto: as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.*

Por isso,

toda ciencia histórica, social, en lo que se refiere a la marcha de las categorías económicas hay que retener siempre que, en la mente, lo mismo que en la realidad, el sujeto, que aquí es la moderna sociedad burguesa, aparece dado y que las categorías, por tanto, son formas de existencia y, con frecuencia, sólo aspectos aislados para expresar esta determinada sociedad, este sujeto, razón por la cual no comienzan *tampoco científicamente*, ni mucho menos, allí donde se habla *como tales*<sup>58</sup> (Marx, 1985b, 20).

“Daí é possível a exposição das conexões entre estas categorias elementares, abstratas e as formas mais desenvolvidas, concretas. A lei de movimento desta totalidade expressiva é a lei do valor” (Belluzzo, 2000, 14).

O próprio Belluzzo (2000) faz uso de Colletti<sup>59</sup> para confirmar que *“a ordem da análise procede não mais do gênero para a espécie, mas dos traços específicos do objeto às suas funções genéricas ou secundárias...”* (14)<sup>60</sup>, *o que, nos termos da dialética proposta por Fausto (1987)<sup>61</sup>, versados para nossa proposta, pode ser exemplificado entendendo as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional como um processo que contém, ao mesmo tempo, a universalidade e a singularidade<sup>62</sup>, isto é, como um desenvolvimento regional que contém ao mesmo tempo a “universalidade” de ser global e a “singularidade” de ser desenvolvimento local, constituindo-se num “movimento contraditório que se conclui pela constituição de um universal concreto”* (Fausto, 1987, 178). *Configurando, assim, diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.*

<sup>57</sup> “o método é ele próprio interior ao objeto, ele é um momento deste” (Fausto, 1987, 142)

<sup>58</sup> “Toda a ciência histórica, social, ao observar o desenvolvimento das categorias econômicas, deve sempre levar em conta que o sujeito – neste caso a moderna sociedade burguesa – é algo dado, tanto na realidade como na mente e que as categorias expressam, portanto, formas de ser, determinações de existência, freqüentemente simples aspectos desta sociedade determinada, deste sujeito, e que portanto, desde um ponto de vista científico, sua existência de nenhum modo começa no momento em que se começa falar dela como tal” (Belluzzo, 2000, 14).

<sup>59</sup> Colletti, L. . Dialética científica e teoría del valore. Prefácio de Ilyenkov, Evald. La dialética dell’abstracto e del concreto nel capital de Marx. Milano: Feltrinelli,

<sup>60</sup> “Assim, por exemplo, a lei do valor – como lei do processo de valorização do capital – só pode efetuar-se através da concorrência entre os capitais individuais e a concorrência só encontra o seu espaço de realização no sistema de crédito e no capital a juros” (Belluzzo, 2000, 14).

<sup>61</sup> “Tudo muda, se se pensar o trabalho abstrato (e também o valor) como objeto universal concreto, isto é, como um objeto que contém ao mesmo tempo a universalidade e a singularidade” (1987, 98).

<sup>62</sup> “Universal concreto, isto é, como objeto que contém ao mesmo tempo a universalidade e a singularidade” (Fausto, 1987, 98)

São movimentos contraditórios<sup>63</sup>, porque ao mesmo tempo, enquanto gênero, o desenvolvimento regional existe ao lado da espécie, do desenvolvimento em geral e dos indivíduos, dos múltiplos desenvolvimentos que o compõem. Neste entendimento, o desenvolvimento regional não é, ao mesmo tempo, desenvolvimento global e desenvolvimentos locais.

Por isso, o ponto de partida teórico-metodológico é a base local. Sobre e a partir dessa base localizada, ocorrem, acontecem as múltiplas determinações-desafios<sup>64</sup> em seus múltiplos sentidos: do setorial para o regional, ou vice-versa; do econômico-corporativo transnacionalizado para o sócio-ambiental regionalizado, ou vice-versa; do global para o local, ou vice-versa; do econômico para o social, ou vice-versa; do mercado para a sociedade, ou vice-versa, compondo um processo de articulações configuradas por um conjunto de relações setoriais e espaciais ou conexões internas, estruturantes das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento regional.

Em função disso, devemos entender o desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, conforme já vimos, cuja dinâmica é imprimida desde “de dentro e por iniciativa própria” dos agentes locais, manifesta nas “mudanças estruturais ou qualitativas” que um desenvolvimento regional sofre a partir de “alterações endógenas”.

Nos termos de Fausto (1987, 41), poderíamos dizer que o processo de desenvolvimento recente, em que reina absoluto o modo de produção capitalista, aparece como uma imensa coleção de processos de desenvolvimentos, tendo o desenvolvimento local como sua forma elementar. Ou, dito de outra forma, o desenvolvimento local é a aparência singular, elementar e individualizada da complexa trama/rede de determinações e relações que organizam e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo globalizado.

Trata-se, pois, conforme propõe Goldman (1994, p. 29), e estamos vendo, de se pensar a realidade do desenvolvimento regional, presente, e imaginar o desenvolvimento regional futuro, através do diferencial<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Exemplificando através do texto de Fausto (1987, 98) “Veamos isto mais de perto. Para simplificar, tomemos a relação entre dinheiro e mercadoria (...). Poder-se-ia dizer que o dinheiro [desenvolvimento econômico global] e a mercadoria [desenvolvimento sócio-ambiental local] são simplesmente coisa diferentes? Não. Diferentes, simplesmente, são, por exemplo, mercadorias [desenvolvimentos] quaisquer, uma em relação às outras: a tela em relação ao casaco, para retomar o exemplo clássico (e isto somente enquanto uma não funcionar como a expressão de valor da outra). Mas na relação entre o dinheiro [desenvolvimento econômico global] e a mercadoria [desenvolvimento sócio-ambiental local] há mais do que isso: há entre os dois uma espécie de tensão. Eles se atraem mutuamente, cada um deles repele a si próprio, mas, por isso mesmo, eles podem entrar em conflito (nas crises).

<sup>64</sup> Gostaríamos de chamar a atenção para o caráter globalizante da proposta: “Não se trata de privilegiar tal ou qual aspecto das transformações [estruturais], mas sim de aprendê-las em seu caráter orgânico, de entendê-las como um processo no qual atuam o conjunto das determinações [e desafios]” (Oliveira, 1985, 109).

<sup>65</sup> No entanto, devemos ter presente a crítica contundente de Pierucci, (1999) à cultura da diferença, tendo em vista que a diferença gera novas diferenças. Quando reduzida às diferenças naturais e às liberdades econômicas, torna-se fonte inesgotável de crescentes desigualdades sociais e desequilíbrios regionais. O que é de fato e no concreto, inquestionável em nossos dias.

## Bibliografia

- BANDEIRA, P. S. .Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional).
- BECKER, D. F. . *Desenvolvimento local-regional em questão*. Inédito. 2001a.
- \_\_\_\_\_. *O conhecimento se fazendo*. Inédito. 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Competitividade: O (des)caminho da globalização econômico-financeira*. Inédito. 2001c.
- \_\_\_\_\_. *A economia política contemporânea - Algumas considerações lógico-metodológicas*. Inédito. 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento local-regional - determinantes e desafios contemporâneos*. Inédito. 2000b.
- \_\_\_\_\_. *A economia política do desenvolvimento contemporâneo- algumas considerações teórico-históricas*. Inédito. 2000c.
- \_\_\_\_\_. *REDENEP – a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional*. Lajeado: EDUNIVATES, 2000d.
- \_\_\_\_\_. e BANDEIRA, P. S. . (org.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção – Desenvolvimento Local-Regional, Vol. 1
- \_\_\_\_\_. e SILVA, M. B. O. . *O rasgo contemporâneo da lógica dialética: uma concepção metodológica para a análise qualitativa do processo de desenvolvimento local-regional*. Inédito. 2000.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Desenvolvimento sustentável - necessidade ou possibilidade?*. 2ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. (3ed. 2001).
- \_\_\_\_\_. (org.) *Competitividade: o (des)caminho da Globalização*. Lajeado: FATES, 1998.
- BECK, U. . A reinvenção da política. IN: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *A modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BEIRED, J. L. B. . A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI – A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

- BELLUZZO, L. G. M. . *Valor e capitalismo*. São Paulo: Bial, 1987.
- \_\_\_\_\_. Dinheiro e transfigurações da riqueza. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BRAGA, J. C. S. . *Temporalidade da riqueza*. Campinas (SP): UNICAMP, 2000.
- BENKO, G. . *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. . Das redes de distritos aos distritos de redes. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. . *As regiões ganhadoras: Distrito e Redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994.
- BOBBIO, N. . *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOISIER, S. . Modernidad y territorio. *Cadernos del ILPES*. Santiago del Chile: ILPES/CEPAL, n.º 42, 1996.
- \_\_\_\_\_. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *REDES*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v 4, n 1, 61-78, jan./abr. 1999.
- BRAGA, J. C. S. . *A temporalidade da riqueza: Teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas(SP): IE/UNICAMP, 2000.
- \_\_\_\_\_. Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: Uma economia Política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Economia política da dinâmica capitalista: Observações para uma proposta de organização teórica. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v26, Número Especial, p. 83-133, 1996.
- BUARQUE, C.. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. C.. In: BÜRSZTYN M., *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. São Paulo: Cortez, 1994.

- BUCI-KLUCKSMANN, C. . *Gramsci e Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHESNAIS, F. . *A mundialização do capital*. São Paulo; Xamã, 1996.
- CHICOTE, R.H. . *Teorias de política comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- CORAZZA, G. . O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v26, n.º especial, p. 35-50, 1996.
- COUTINHO, C. N. . Socialismo e democracia. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- DEMO, P. . *Participação é conquista*. 3ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DOWBOR, L. . *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUNFORD, M. . Trajetórias industriais e relações sociais. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. . *As regiões ganhadoras: Distrito e Redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994.
- ETGES, N. J. . Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P. e BIANCHETTI, L. . *Interdisciplinaridade: Para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- FAUSTO, R. . *MARX: Lógica & Política*. São Paulo; Brasiliense, 1987.
- FERRAZ, J. C. et al. *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- FISCHER, T. . *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FIORI, J. L. . *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GARNSEY, E. et LONGHI, C. . Auto-organisation et émergence des milieux innovateurs. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Paris: Adicueer, 513-532, 1999.
- GENRO, T. . Combinar democracia direta com democracia representativa. IN: GENRO, T. et al. *Desafios do governo local*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997a
- \_\_\_\_\_. Orçamento participativo e democracia. IN: GENRO, T. e SOUZA, U. . *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. 2ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1997b.

- \_\_\_\_\_. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- GOLDMANN, M. . *Razão e diferença*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- GRAMSCI, A. . . *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRESPLAN, J. L. S. . *O negativo do capital*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- GRUPI, L. . *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HADDAD, P. R. . Regiões, regionalismos e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. *Análise Conjuntural*. Porto Alegre: FEE, v2, n2, p. 255-270, 1993.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HILFERDING, R. . *o capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRSCHMAN, A. O. . *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- INNOCENTINI, M. . *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.
- KALECKI, M. . *Teoria da dinâmica econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, J. M. . *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KHERDJEMIL, B. . *Territoires, mondialisation et redéveloppement*. Paris : RERU, n2, 1999.
- KOSIK, K. . *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUMAR, K. . *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KURZ, R. . *O colapso da modernização: da democracia do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LASH, S. . Reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. IN: GIDDENS, A. ; BECK, U. ; LASH, S. *A modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- LEITE, M. A. P. . *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- LIPIETZ, A. . *o capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARX, K. . *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Lineamentos fundamentais para la crítica de la economía*

- política, 1857 – 1858*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985b.
- MAZZUCHELLI, F. . *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MINAYO, M. C. S. . *O desafio do conhecimento*. 6ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1999.
- MORIN, E. e KERN, A. B. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. . *O método: a natureza da natureza*. 2 ed. Portugal: Europa-América, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O método: a vida da vida*. 2 ed. Portugal: Europa-América, 1989.
- OLIVEIRA, C. A. B. . *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado em Economia).
- PERRET, B. e ROUSTANG, G. . *A economia contra a sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- PIERUCCI, A. F. . *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP/ Editora 34, 1999.
- POLANYI, K. . *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTER, M. . *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias competitivas*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PORTELLI, H. . *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PUTNAM, R. D. . *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAVIX, J. L. e TORRE, A. . Elements pour une analyse industrielle des systemes localises de production. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Paris: ADICCUER, n3/4, p. 375-390, 1991.
- ROSDOLSKY, R. . *Genesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- RÜDIGER, F. R. . *Paradigmas do estudo da história*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- SANTOS, B. S. . Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 2, n. 2, maio/ago, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Introdução a ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro; Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Santos, T. . *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

SCHUMPETTER, J. A. . *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro; Zahar, 1984.

SCHWARTZ, G. . *O capital em jogo: Fundamentos filosóficos da especulação financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TOURAINE, A. . *A crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *O que é democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Podemos viver juntos?* Petrópolis: Vozes, 1998.

THUROW, L. C. . *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.